

CIRCULAÇÃO E CONSUMO DO LIVRO INFANTIL
BRASILEIRO: UM PERCURSO MARCADO

Marisa Lajolo
Unicamp

I. A literatura infantil brasileira nasceu tardiamente. Melhor dizendo, a modernização de nossa sociedade - condição essencial para o surgimento de livros para crianças - é que foi tardia; ocorreu entre os séculos XIX e XX, o que representa pelo menos duzentos anos de atraso em relação à Europa, que desde 1697 fazia circular entre a criança Charles Perrault e seus confrades, que fundaram o gênero e instituíram o modelo. E foi só quando isso já tinha ocorrido e se cristalizado no além-mar, que republicamos de nosso fim-de-século, defensores da escola e da alfabetização, começaram a produzir, nas horas vagas, material de leitura para os filhos nativos.

Figueiredo Pimentel, Júlia Lopes de Almeida, Adelina Lopes Vieira, Olavo Bilac, Coelho Neto, Francisca Júlia e outros habitantes do Parnaso, frequentadores da Colômbia e enamorados da Academia foram pioneiros na produção de contos e poemas infantis, textos que constituíam o primeiro material de leitura disponível pa

ra a criançada brasileira. Criançada brasileira, já se sabe, *é modo de dizer*. O público infantil que naqueles idos d'antanho consumia ficção e poesia era pequeno, se comparado às levas e levas de crianças que não tinham acesso nem à infância nem à escola nem à leitura. Mas isso é história que já se sabe: não vou insistir nela. Foi só uma dica para desestimular os patrulheiros de meus coletivos.

Já nesse período de formação de nossa literatura infantil se definem os canais que, em nosso país, agilizam a circulação e o consumo da literatura destinada a crianças: um deles é o Estado Todo Poderoso. Se não o Criador do Céu e da Terra, pelo menos o Distribuidor de Livros e Agenciador de Leitores. Outro é a Escola. E quando a Escola escapa do Estado ao qual serve e do qual é um aparelho ideológico, cai nas malhas da indústria editorial. O equilíbrio é mais do que precário; quer como instrumento do Estado, quer como instrumento do Capital, a escola é entreposto compulsório do livro infantil brasileiro que quiser abandonar a poeira das estantes e chegar às mãos dos leitores.

Assim, se o surgimento da literatura infantil coincide com o fortalecimento da instituição escolar, parece que o caminho de ambas continua paralelo, paralelismo este que não se manifesta apenas na atribuição à literatura infantil de um papel pedagógico de difusão e reforço de conteúdos e valores escolares. O paralelismo decorre também da importância que a escola assume como difusora de livros e formadora de leitores. Em outras palavras, a escola é um elo fundamental da cadeia que se esta

belece entre autor-obra-público, tríade sobre a qual se apóia o sistema literário, como ensina mestre Antonio Cândido.

Escola e literatura infantil constituem, pois, uma equação, onde a primeira, por ser uma instituição do Estado, enleia a segunda em práticas políticas e ideológicas favorecedoras das classes dominantes que tanto *se servem do livro* para a difusão de valores que lhe são caros como *servem ao livro*, na medida em que patrocinam sua adoção e incentivam seu consumo através de campanhas pela leitura.

Complementam-se, assim, público escolar e livros infantis, momentos diferentes do mesmo processo que se inicia nas obras que, com o aval do Estado e pela rede de ensino, chegam ao público leitor/consumidor de literatura infantil. Tutelam-se professores e alunos, sendo que estes, no fim do percurso, cumprem a passiva função de leitores/consumidores visados pelo produto. Embora se possa e mesmo se deva questionar o paternalismo de uma tal política de leitura, é preciso lembrar que ela é uma prática tão antiga na sociedade brasileira, que pode acabar assumindo, perante olhos ingênuos e idealistas, o estatuto da naturalidade e da praxe, como se verá a seguir.

II. Do respaldo estatal valeu-se, por exemplo, Olavo Bilac, quando escolheu para parceiro de seu *Através do Brasil*, o professor Manuel Bomfim, recém

empossado no cargo de diretor da Instrução Pública do Distrito Federal. Mas não foi só o Príncipe dos Poetas que tomou providências prosaicas para ter livre trânsito na rede escolar brasileira. A um procedimento semelhante recorreu Júlia Lopes de Almeida, co-autora, com sua irmã Adelina Lopes Vieira, de várias obras para crianças entre as quais *Contos Infantis*, editados em 1886. Casada com o poeta português Filinto de Almeida, Júlia lançou mão dos bons préstimos de Raimundo Correia, poeta brasileiro amigo de seu marido e pessoa influente junto ao governo de Minas Gerais, com o objetivo de garantir a adoção de seu livro nas escolas mineiras.

A carta abaixo de Raimundo a Filinto é bastante sugestiva do empenho com que nossos primeiros autores infantis, pleiteando o favor do Estado, lançavam-se à conquista do mercado escolar, já então uma das raras alternativas para a profissionalização do escritor patricio.

Ouro Preto, 10 de julho de 1.896

Meu caro Filinto.

Recebi a tua carta de 7 do corrente, e apresso-me em responder-te. Não tenho escrito por não saber ao certo onde estavas, se

em São Paulo, se no Rio.

A respeito dos Contos Infantis suponho já te haver escrito dizendo que eles me receram do Conselho Superior de Instrução Pública do Estado um parecer muito favorável que não te remeto agora por cópia por ser bastante longo. Foi lido na última sessão daquele conselho (em maio último), mas tendo este sido adiado para outra época, não chegou a ser posto a votos o projeto de adoção dos Contos Infantis nas Escolas de Minas. Asseguram-me porém que isto é certo, e que tudo depende de uma nova reunião do Conselho, que eu não sei entretanto quando se realizará. Acho conveniente que remetas um exemplar da 4^a edição para o Dr. Henrique Augusto de Oliv^a. Dinis, Secretário do Interior (este é o presidente do Conselho Superior de Instrução Pública), outro ao Dr. Tomás da Silva Brandão, diretor da Escola Normal de Ouru Preto e um mais ao Sr. Luíz Gonçalves da Silva Peçanha, que foi quem redigiu o parecer de que acima te falei. Independent^e disso, seria útil que vieses tu mesmo até cá. Terias ocasião de conhecer as pessoas citadas que mais influem nestas coisas, e às quais poderias depois te dirigir tratando do assunto. O inesperado adiamento do Conselho Superior foi um caiporismo para mim; incomodou-me muito, porque grande era o meu de

sejo de servir-te e ã tua senhora e cunhada, e ansioso estava por mandar-lhes uma boa notícia sôbre esta questão. Ser-te-ã difícil vir até cá? Se vieres, telegrafa avisando-me, para eu ir-te esperar ã estação. Desejo ver-te. Recebi o Livro das Noivas de que D. Júlia teve a bondade de oferecer-me um exemplar. Desejava agradecer tão gracioso e rico presente, mas não sabia pa ra onde dirigir a carta, quando felism.^{te} me che gou a tua de 7. Aproveito, pois, o ensejo para agradecer a honra com que me distinguiu ela. O Livro das Noivas é uma leitura utilíssima a t^o das as senhoras, que, se pudessem seguir ã ris ca os conselhos que nele se encerram, atingiriam a perfeição, pois o que ali se ensina às mulhe res é a serem perfeitas.

Quão longe estamos nós, aqui pelo menos, de poder por em prática êsse m^{et}odo de vida, essa arte de bem viver, cujo fim é nos fa zer melhores e mais felizes. Minhas filhas hã o de lê-lo. Tenho os retratos delas para ti e p.^a tua senhora. Se acaso não vieres até cá, terei de remetê-los pelo correio. Dizes que não me fa ço mais lembrar, nem pelos meus versos... Tu te certificarã s com os teus pr^oprios olhos do meio triste em que vivo!

Em tua nova profissão desejo que prosperes; infelizm.^{te} ser jornalista não é ain

da uma verdadeira profissão entre nós.

Que a pequenina, cujo nascimento me participas, seja bem feliz; do mesmo modo o Afonso e os mais que deves ter, aos quais todos muitos beijos enviamos. Transmite a tua senhora os meus agradecimentos, felicitações e saudades, e abraça-o

Velho e saudoso amigo

Raim^{do} (1)

Mas tal uso não se confinou ao século pasado... Prática semelhante beneficiou Monteiro Lobato, em que pese todo o esforço deste escritor pela modernização da produção brasileira de livros. Foi o interesse de Washington Luís, então presidente de São Paulo, que ocasionou a adoção de *A menina do nariz arrebitado* pelas escolas públicas paulistas. Ressalve-se, no entanto, que a proteção governamental a este livro foi posterior à constatação, por parte do Presidente, da grande demanda que a obra tinha nas escolas que visitava. E a compra maciça intermediada pelo Estado de muitos e muitos narizes desafogou consideravelmente a editora de Lobato, como documenta Edgar Cavalheiro na passagem abaixo, que reforça e encerra a defesa da tese que postula a dependência da literatura infantil do Estado, ao tempo em que a escola era risonha e franca.

"A primeira edição de Narizinho Arrebitado, cartonada, elegante, muito ilustrada por Voltolino, nasce de uma imprudência editorial: nada menos do que uma tiragem de cinquenta mil exemplares é feita, coisa verdadeiramente absurda não só para aqueles tempos, mas até mesmo para os nossos dias.

Hã, reconheceria mais tarde o próprio Lobato, um deus para os bêbados e outro para os incautos . O deus dos inocentes premiou-lhe a inocência com um autêntico milagre: a tiragem monstro esgotou-se em oito ou nove meses. Acontece que estava na presidência de São Paulo o dr. Washington Luís. Um belo dia ele saiu a percorrer os grupos escolares em companhia de Alarico Silveira, então secretário do Interior. Notou que em todas as Escolas havia um livrinho de leitura extraprograma, muito sujinho e surrado. Lobato tivera excelente idéia: mandaria imprimir, além dos 50 mil exemplares, mais 500, que ofertara, como propaganda, a todos os Grupos e Escolas do Estado. Como fosse absoluta novidade, a criançada atirou-se ao Narizinho. "Se este livro anda assim tão es cancalhado em tantos Grupos - observou o Dr. Washington Luís - é sinal de que as crianças gostam dele. Indague de quem é e faça uma compra grande, para uso em todas as Escolas". No dia seguinte Alarico telefonou ao autor, pedindo-lhe que passasse pela Secretaria. Contou-lhe então das visitas da véspera e da opinião do Presidente e concluiu:

- Quantos exemplares desse livro pode você

vender ao Governo?

Uma pergunta assim a queima-roupa, conta Lobato, a um editor que está atrapalhado com a maior ava lanche nasal de sua vida, é coisa de estontear. Pisquei sete vezes e respondi:

- Quantos quiser, Alarico. Temos narizes a dar com pau. Posso fornecer cinco mil, dez mil, vinte mil, trinta mil..."

Alarico pensou que fosse brincadeira e, para pilhar-lhe disse:

- Pois mande trinta mil ao almoxarifado.

Veio nesse momento o café, mudamos de as sunto e logo depois saí. Quando no dia seguinte o almoxa rifado recebeu os trinta mil narizes, houve alarme por lã. Telefonaram ao Secretário, o qual também me telefonou.

- Lobato, então era verdade a história dos trinta mil?

- Claro, Alarico! Onde se viu blefar para cima de um Secretário como você?

E ele:

- Pois sō depois da telefonada do almoxari fado é que estou acreditando...

O resultado foi que a edição, uma doida aventura comercial, converteu-se em excelente negócio...¶

III. Em outra raia, independente dos meandros burocráticos do aparelho estatal, a luta pela conquista de leitores infantis, já nos anos vinte de nosso século, era feroz. A iniciativa lobatiana mencionada no texto transcrito de distribuir gratuitamente livros às escolas é uma forma de divulgação até hoje vigente, mas inovadora naquela época em que a propaganda de livros restringia-se ao violento corpo-a-corpo que se delinea em certos prefácios e apresentações de obras que não regateiam alusões à baixa qualidade dos livros concorrentes e deslavados auto-elogios, assinados geralmente por editores que fazem de carne de canhão o texto de seus editados.

Neste segundo canal de circulação, impera o nobre esporte da caça-livre ao leitor. É aí que Lobato é o grande inovador. Dispensando o apoio estatal, ele moderniza radicalmente a prática editorial brasileira, investindo na editora, multiplicando pontos de venda, anunciando em jornais e revistas. Em uma palavra, tratando o livro como objeto sem aura, o que transparece, por exemplo, nas metáforas com que ele fala de livros nos textos abaixo, todos extraídos de cartas suas ao fidelíssimo Rangel. Nelas, a informalidade da interlocução afiança e realça o valor documental de que se reveste sua correspondência, para quem quer conhecer sua concepção do objeto livro.

*"...A máquina está bem montada - a máqui
na de gavar gansos ou de obrigar este país a ler a força.*

O nosso sistema não é esperar que o leitor venha; vamos onde ele está, como o caçador. Perseguiamos a caça. Fazemos o livro cair no nariz de todos os possíveis leitores desta terra. Não nos limitamos às capitais, como os velhos editores. Afundamos por quanta biboca existe." (3)

"... Cada livro considero uma vaca holandesa que me dá o leite de subsistência. O meu estábulo no Brasil conta com 23 cabeças no Otales, mais 12 na Brasileira e mais as 30 Obras Completas. Total 65 vacas de 40 litros. E o meu estábulo na Argentina conta com 37 cabeças. Grande total, lã e cã: 102 cabeças."

Ao mesmo tempo em que o modo de produção lobatiano é moderno, sua obra infantil constitui uma prática literária que é simultaneamente instrumento e fruto de um projeto de modernização social. Manipulando vários elementos das histórias do Sítio, Lobato favorece a fidelidade de seus leitores. Ele manipula ao longos dos 17 volumes de sua obra infantil procedimentos que asseguram pontos de semelhança entre as várias histórias, e continuidade de uma para a outra; cenário e personagens repetem-se de forma mais ou menos inalterada, o narrador retoma episódios de um livro em outro, ou - mais simples ainda - menciona, em notas de rodapé ou no próprio corpo do texto, outros títulos seus. Tudo isso configura um embrião de merchandizing, recurso extremamente moderno e

eficiente para a criação e manutenção de um leitorado ca
tivo.

Foi, assim, originalmente sob o patrocínio do Estado que tornava compulsória a adoção das obras que contavam com seu *nihil obstat*, e logo depois de editores que nem sempre de forma cavalheiresca tentavam alargar o ralo público consumidor de livros, que com o editor Lobato a literatura infantil brasileira deu seus primeiros passos e atingiu a maioridade, o que pode ter como marco a reunião de vários textos lobatianos na edição definitiva de *Reinações de Narizinho*, em 1931.

IV. Hoje, por mais alterações que tenha sofrido em seus temas e sua linguagem, nossa literatura infantil continua marchando com segurança para seu perfil de indústria de sucesso, que faz da escola entreposto e trampolim, como já sucedia ao tempo muito antigo de Bilac e não tão antigo de Lobato.

O arejamento que a partir dos anos sessenta parece varrer a literatura infantil brasileira, deixou intocada sua forma de circulação. Longe de alterá-la, aperfeiçou-a e consolidou-a. Nossa literatura infantil contemporânea continua dependendo, de um lado, das benesses do Estado, e do outro da agilidade das editoras que como já dizia Lobato para os textos escolares, fazem dos livros para crianças a fração mais segura de seu investimento. E, se a importância do Estado é consideravelmente

menos ostensiva hoje em dia, a agilidade editorial é, ao contrário, consideravelmente maior, e, ao que parece, irreversível, como se tentará mostrar.

Tudo parece começar, para a configuração desta literatura infantil brasileira moderna, nos arredores dos anos sessenta, quando a série *Jovens do Mundo Todo*, lançada pela Editora Brasiliense no final dos anos cinquenta, ganha um perfil novo. No seu início, o nome da coleção se justificava pelo caráter internacional de seus títulos, autores e histórias. Mas o internacionalismo durou pouco. Liquidou-o a Lei das Diretrizes e Base, que entre polêmicas sobre ensino público e privado, educação religiosa e leiga, foi aprovado em 1961, marcando a educação brasileira com traços fortes de nacionalismo. E a Editora Brasiliense - fundada, aliás, por Monteiro Lobato e em certa medida com uma linha editorial voltada para assuntos brasileiros - nacionaliza a coleção, o que torna um contrasenso o título *Jovens do Mundo Todo* que até hoje se mantém. A nacionalização da série é radical. A substituição dos longínquos cenários e personagens estrangeiros por personagens e cenários brasileiros tem muito a ver com a recomendação legal que a escola patrocinasse a leitura de autores e textos brasileiros. Vem daí, por certo, o novo estatuto que a literatura infantil assume dos anos sessenta para frente, dependendo, cada vez mais firmemente do sistema escolar que, por esta época, amplia muito sua clientela viabilizando, com isso, uma produção bem maior do gênero literário destinado ao

consumo infantil.

É um livro de Isa Silveira Leal - *Glorinha* (1958) - que opera a passagem do internacional para o nacional. No texto, a personagem título vive no ambiente acanhado de uma cidadezinha interiorana. Esta Glorinha pioneira vai, nos anos subsequentes, reaparecer em muitos outros livros da mesma autora que varia os cenários e ambientes em que cada livro envolve sua história. Como o Brasil, Glorinha moderniza-se: viaja de avião, passa férias na praia, telefona, namora; enfim, vai manifestando e assumindo todos os valores e comportamentos que reproduzem aqueles que pautam a vida ou o sonho de suas eventuais leitoras, sem dúvidas identificadas à emergente classe média que, na esteira do Brasil de Juscelino se modernizava.

Mas a alteração que estes livros representam em relação à literatura anterior a eles não diz respeito apenas ao universo em que se movem suas personagens. Os leitores destes livros encontram neles um tom mais moderno de narração. Um tom coloquial e íntimo, de confiança compartilhada, difundido entre nós, a partir dos anos cinquenta, através de revistas ligeiras, e da rádio novela. Não é, aliás, irrelevante o fato de Isa Silveira Leal chegar à literatura infantil a partir de sua experiência de rádio e de jornal, cujas linguagens, até certo ponto, podem ser responsáveis pela sua habilidade em fisgar leitores, manipulando ganchos que controlam o suspense, negaceando as antecipações e orquestrando o envolvimento.

A linguagem literária desse narrador que se intromete na narração é bastante antiga. Na ficção brasileira, por exemplo, já ocorre em Manuel Antonio de Almeida, em *Memórias de um Sargento de Melícias* (1853) e é parodicamente retomado pelo melhor Machado de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881). Se a antiguidade e a legitimidade de sua manifestação afiançam a literaridade deste procedimento, seu uso irônico por Machado de Assis sugere que sua presença, na ficção moderna exige menos ingenuidade do que a que manifesta Isa Silveira Leal, no emprego que ela faz deste recurso ao qual, como narradora, ela atribui o papel de criar vínculos de convivência entre o narrador e o leitor.

Muito embora esta forma de narrar seja comum na literatura infantil brasileira dos anos 50 e de pure o texto de Isa Silveira Leal de um certo ranço da narração impessoal e didática, o fato de ser um recurso já esgotado em formas literárias mais sofisticadas impede que através dele se opere a modernização, literariamente falando, deste texto por tantas outras razões pioneiro na literatura infantil brasileira. Atesta, no entanto, que a escola que aglutinava o público infantil e juvenil, já era mais permeável a linguagens modernas, mesmo que diluídas.

Tanto os textos protagonizados por Glorinha, como várias outras histórias da coleção *Jovens do Mundo Todo* nos anos sessenta são otimistas. Compõem cenários alegres e fagueiros, como fagueiras e alegres são

as imagens que de si mesmo e de seu país faz a classe mé
dia, consumidora virtual deste tipo de livro adotado am
plamente nas escolas de então.

Serã enriquecedor, aqui, um contra-ponto
com a literatura não infantil desta mesma época, quando
certa parcela da produção cultural brasileira era compro
metida com um projeto político e ideológico muito especí
fico.

Os cadernos do Povo, os poemas do Violão
de Rua, os filmes de Glauber Rocha, as peças de Guarnieri
proclamavam o nacionalismo, combatiam o latifúndio e o
imperialismo. Era o tempo dos Centros Populares de Cultu
ra, que corriam o país, em apresentações improvisadas em
caminhões, igrejas, sindicatos, escolas e praças públi
cas. Era uma produção cultural de esquerda, alegre, fes
tiva e engajada (como então se dizia), que contava com
a simpatia (e o consumo e o patrocínio) de vários seto
res da burguesia nacional, também ela interessada na mo
dernização do país. E o preço de tanta festa e alegria
foi muito alto: duas prestações: em 64 e em 68, quando o
Golpe de Estado e, depois dele, o quinto Ato Institucio
nal transformaram esta tendência cultural num caso de po
lícia.

Sugerindo uma total discrepância entre o
que se produzia em termos de literatura infantil no
Brasil dos anos sessenta e o que se produzia na literatu
ra não infantil da mesma época nota-se que a violência
que se abateu sobre a produção cultural brasileira dei

xou incôlumes autores e obras da literatura infantil para a qual, definitivamente, 64 e 68 não representaram ruptura alguma. São muito devagarinho outros brasis vão despontando no horizonte da literatura infantil brasileira dos anos sessenta. É de forma bastante paulatina que as personagens infantis vão se afastando da *modelar Glorinha*, que as histórias vão incorporando outros segmentos da população brasileira, tematizando grandes problemas sociais, muito embora nos primeiros livros o enfoque paternalista dilua seu potencial crítico nos *happy ends* finais.

As Aventuras do Escoteiro Bila, publicado por Odette Barros Mott em 1964, e incluído na mesma série *Jovens do Mundo Todo*, ilustra o descompasso entre a realidade brasileira e a literatura infantil. A história se desenrola ainda num cenário rural: Bila é filho de um pequeno sitiante em cujas terras um grupo de escoteiros acampa, contagiando o menino com os ideais do escotismo e acirrando nele o desejo de que seus pais se mudem para a cidade, onde ele poderá frequentar a escola. Como se vê, a temática não poderia ser mais bilaquiana e conformista. O final feliz redime a estrutura social brasileira tão conhecida nossa, que resolve os problemas de marginalização e pobreza através de favores e do compadrio.

Seis anos depois, em 1970, a mesma autora publica na mesma coleção um livro premiadíssimo: *Justino, o Retirante*, onde a imersão do protagonista infantil em um ambiente de crise social indica uma substancial trans

formação na imagem de Brasil que a literatura infantil veicula. No entanto, a imagem do país em crise fica consideravelmente atenuada pela forma providencial como os problemas vividos por Justino são resolvidos: ele é adotado pela bondosa D. Severina, o que lhe permite realizar seu sonho de tornar-se médico e ajudar os outros. A redenção individual patrocinada pela caridade impede, pois, que a história de Justino conduza seus leitores a uma visão mais crítica do Brasil que ele tematiza. Tratase, talvez, do limite de tolerância da instituição escolar ao discurso ideológico que, na literatura não infantil, já singrava mares menos conformados.

Assim, se considerarmos Isa Silveira Leal e Odette Barros Mott como representativas da ficção infantil dos anos sessenta, ressalta que, comparada à literatura não infantil, a fração de realidade brasileira presente na literatura para crianças e jovens nesta época é parcial e tendenciosamente focalizada.

A impossibilidade de vãos maiores talvez se deva ao fato de que, também neste período, a circulação dos livros para a infância é mediada pela escola, sem falar, na implacável censura daquele tempo, zelosíssima do que se dava a ler aos brasileiros em geral. Registrese, no entanto, que toda esta produção cultural se escova pela escola, que para a leitura de seus alunos recorria aos títulos disponíveis nas coleções cujos catálogos, divulgadores e propaganda circulavam em salas de professores. Junte-se a isso o fato de que foi por volta de 68

que - segundo depoimento de Odette Mott - esta autora inaugurou a prática, hoje generalizada, de visitar escolas, estabelecendo um diálogo vivo entre o autor e seu público. Diálogo mediado pela instituição escolar mas que, no caso de Odette, foi revelador de quanto os jovens gostariam de ler livros que tratassem da *vida real*, dos *problemas que jornais e televisão mencionavam*, dos impasses que eles (jovens) viviam.

E, se Odette aprendeu a lição de seus leitores e satisfizesse as expectativas, escrevendo sobre sexo, drogas, colonização da amazônia, etc, os autores, com ela, aprenderam a prática de visitar escolas onde, ao lado do *feed back* que recebem para os rumos futuros de suas obras, gratificam, com sua presença-em-carne-e-osso, os leitores de seus livros.

E, sem deixar de recorrer a expedientes outros como a manutenção das suas personagens em vários volumes, a concessão ao gênero policial e à ficção científica - impensáveis na escola mais antiga - fecha-se o círculo que a partir dos anos 60 confina autores, obras e público infantil, ao patrocínio da escola.

Quer em termos da agilidade de distribuição, quer em termos de redução de custos possibilitadas por grandes tiragens, são as editoras maiores e já organizadas em função da escola que dominam a fatia maior do mercado, representada pelas vendas intermediadas pela escola. Confirma-se, pois, a perspectiva da escola como instituição aglutinadora do público infantil e juvenil e

como grande distribuidora de textos para crianças e jo
vens.

Exemplo disso é a prática generalizada de dotar os textos infantis, infanto-juvenis e "clássicos escolares" de atividades que os "didatizam": questionários, testes, sugestões de trabalho funcionam como pres
crições que acompanham os livros em nome de melhor colo
cã-los numa escola que pretende ativar a prática de lei
tura da qual, dizem, se ressentem largos setores da popu
lação brasileira.

A incorporação desta atividades escolares aos livros de literatura infantil e infanto-juvenil, a farta distribuição aos professores de exemplares conten
do as respostas às ditas atividades, a preocupação de in
troduzir nos catálogos e *releases* dos livros o jargão que reafirma à escola a imagem de modernidade que ela atribui a si mesma são argumentos sólidos que apontam a importância crescente da escola como escoamento da já en
tão vasta produção da literatura infantil brasileira.

É também importante, na configuração do ponto de chegada deste processo, que a partir de 1974 a editora Ática substitua a ficha de leitura tradicional - por um sofisticado suplemento de trabalho que incorpora, talvez em ressonância com as tendências semióticas e es
truturalistas que nesta época marcam os estudos universi
tários de literatura - pela quadrinização do texto ver
bal, com balões a serem preenchidos pelos alunos.

Tais práticas editoriais, portanto, confir

mam a hipótese de que, a mesma década que assistiu em 1968 ao surgimento da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil assistiu também à cristalização de um modo de *circulação* da literatura infantil que passa obrigatoriamente pela escola. E, no preço do pedágio, talvez conste a timidez com que a literatura infantil mais representativa dos anos sessenta torna seus os problemas maiores do povo brasileiro.

Se, no início da literatura infantil brasileira o *nihil obstat* e o patrocínio do Estado se fazia de modo ostensivo, através de empenho direto de autores, que recorriam às influências de que dispunham, dos anos sessenta em diante o Estado, como entidade patrocinadora da literatura infantil sofisticou-se. Sua presença se faz notar de modo mais velado, através de convênios, co-edições, patrocínio de concursos, inclusão deste ou da aquele livro neste ou naquele pacote de material escolar distribuído as escolas. E, na medida que cada vez mais se produzem livros que viabilizam, sem riscos de rebel dia, esta política de leitura parece confirmar-se a tese de que, de mãos dadas, e às vezes à revelia do principal interessado - o respeitável público - governo e editoras vão, seguindo o conselho de C. Alves, semeando livros... livros a mancheias. E fazendo o povo pensar?

NOTAS

1. apud Revista do Livro, nº 14, págs.

2. Cavaleiro, E. - Monteiro Lobato: Vida e Obra. S.P., Ed. Bras. 3^a ed., 1962 - 2^o tomo, pág. 146-148.
3. Monteiro Lobato, J.B. - A Barca de Gleyre, S.P., Ed. Brasiliense, ed, 19, 2^o vol - pág. 239.
4. idem, ibidem, pág. 373.